

ULTRAPASSAR A CRISE: UM PACTO MUNDIAL PARA O EMPREGO

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho,

Tendo ouvido os Chefes de Estado, os Vice-Presidentes, os Primeiros-Ministros assim como os outros participantes na Cimeira da OIT sobre a crise mundial do emprego;

Tendo recebido as propostas do Comité Plenário da Conferência sobre as respostas à crise;

Considerando o papel importante que o Conselho de Administração e o Bureau Internacional do Trabalho (BIT) desempenham na execução das resoluções adoptadas pela Conferência;

Tendo em conta a Agenda do trabalho digno e a Declaração sobre a justiça social para uma globalização justa como forma de abordar a questão da dimensão social da globalização,

Aprova a seguinte resolução.

Ultrapassar a crise: um Pacto mundial para o emprego

I. Uma resposta à crise assente no trabalho digno

1. A crise económica mundial e as respectivas consequências significam que o mundo se confronta com a perspectiva de um aumento prolongado do desemprego e de um agravamento da pobreza e das desigualdades. Habitualmente, o relançamento do emprego não acontece senão vários anos após a retoma económica. Em certos países, a simples recuperação dos níveis anteriores de emprego não será suficiente para contribuir eficazmente para a construção de economias fortes nem para concretizar o trabalho digno para as mulheres e os homens.
2. As empresas e os postos de trabalho estão a desaparecer. Encontrar uma solução para esta situação deve fazer parte de qualquer resposta global.
3. O mundo tem que fazer melhor.
4. São necessárias opções de políticas globais coordenadas para reforçar os esforços nacionais e internacionais focalizados no emprego, as empresas sustentáveis, a qualidade dos serviços públicos e a protecção das pessoas, preservando ao mesmo tempo os seus direitos e ajudando-as a fazerem-se ouvir e a participar.
5. Isto contribuirá para a recuperação económica, uma globalização justa, prosperidade e justiça social.

6. Depois da crise, o mundo deveria ter uma nova cara.
7. A nossa resposta deverá contribuir para uma globalização justa, uma economia mais respeitadora do ambiente e um desenvolvimento que crie mais emprego e empresas sustentáveis, que respeite os direitos dos trabalhadores, promova a igualdade entre homens e mulheres, proteja as pessoas vulneráveis, ajude os países a fornecerem serviços públicos de qualidade e que lhes possibilite concretizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.
8. Os governos e as organizações de trabalhadores e empregadores comprometem-se a trabalhar em conjunto para contribuir para o sucesso do Pacto Mundial para o Emprego. A agenda do Trabalho Digno da OIT constitui o quadro desta resposta.

II. Princípios que visam a promoção da recuperação e do desenvolvimento

9. A acção deve ser orientada pela Agenda do Trabalho Digno e pelos compromissos assumidos pela OIT e respectivos constituintes na Declaração sobre Justiça Social para uma Globalização Justa (2008). Estabelecemos neste documento um quadro para o período futuro e um manancial de políticas práticas para o sistema multilateral, os governos, os trabalhadores e os empregadores. Este quadro permite fazer a ligação entre progresso social e desenvolvimento económico e consagra os seguintes princípios:
 - 1) conceder uma atenção prioritária à protecção e ao crescimento do emprego através de empresas sustentáveis, de serviços públicos de qualidade e o desenvolvimento de uma protecção social adequada para todos no quadro da acção nacional e internacional actualmente em curso para contribuir para a retoma e o desenvolvimento. As medidas deveriam ser implementadas rapidamente e de forma coordenada;
 - 2) estimular o apoio às mulheres e aos homens vulneráveis fortemente afectados pela crise, incluindo os jovens em risco, os trabalhadores mal remunerados, com baixas qualificações, inseridos na economia informal e migrantes;
 - 3) dar primazia às medidas que visem manter o emprego, facilitar a mobilidade profissional e favorecer o acesso ao mercado de trabalho para as pessoas sem emprego;
 - 4) criar ou reforçar serviços públicos de emprego eficazes e outras instituições do mercado de trabalho;
 - 5) aumentar a igualdade de acesso e a igualdade de oportunidades no que diz respeito à melhoria das qualificações, à formação e ao ensino de qualidade para preparar a retoma;

- 6) evitar as soluções proteccionistas assim como as consequências nocivas da espiral deflacionista dos salários e da deterioração das condições de trabalho;
- 7) promover as normas fundamentais do trabalho e outras normas internacionais do trabalho que favoreçam a retoma da actividade económica e a recuperação do emprego e que reduzam as desigualdades entre homens e mulheres;
- 8) empenhar-se no diálogo social, como o tripartismo e a negociação colectiva entre empregadores e trabalhadores, que são os processos construtivos que permitem otimizar as medidas anticrise tomadas para responder às necessidades da economia real;
- 9) assegurar que as acções postas em prática a curto-prazo sejam viáveis do ponto de vista económico, social e ambiental;
- 10) assegurar a criação de sinergias entre o estado e mercado assim como uma regulação eficaz e eficiente das economias de mercado, incluindo um quadro legislativo e regulamentar que seja propício à criação de empresas, às empresas sustentáveis e que favoreça a criação de emprego no conjunto dos sectores;
- 11) a OIT compromete-se, em conjunto com os outros organismos internacionais, as instituições financeiras internacionais e os países desenvolvidos, a reforçar a coerência das políticas e a intensificar o apoio ao desenvolvimento e aos países em transição com uma margem de manobra orçamental e política restrita para fazer face à crise.

III. Respostas assentes no trabalho digno

10. Os princípios acima mencionados definem o quadro geral em que cada país pode formular o conjunto de medidas adequadas às respectivas situações e prioridades. Estes princípios devem também guiar e apoiar a acção conduzida pelas instituições multilaterais. Em baixo são enunciadas algumas opções de política específicas.

Acelerar a criação de emprego, a recuperação do emprego e garantir a viabilidade das empresas

11. Para limitar o risco do desemprego de longo-prazo e o desenvolvimento do sector informal, duas tendências difíceis de inverter, devemos favorecer a criação de emprego e ajudar as pessoas a encontrar trabalho. Para se conseguir isto, concordámos em colocar o pleno emprego produtivo e o trabalho digno no centro das respostas à crise. Estas respostas podem consistir em:
 - 1) estimular a procura efectiva e contribuir para manter os níveis salariais, através de planos de relançamento macroeconómico;

- 2) ajudar quem procura emprego:
 - i) implementando políticas de mercado de trabalho activas, eficazes e bem dirigidas;
 - ii) melhorando as competências e aumentando os recursos à disposição dos serviços públicos de emprego, para que aqueles que procuram emprego possam beneficiar de um apoio adequado e, quando o consigam através de agências de emprego privadas, garantindo que lhes são fornecidos serviços de qualidade e que os seus direitos são respeitados; e
 - iii) implementando programas de formação profissional e de aquisição de competências empresariais tendo em vista o emprego por conta própria e remunerado;
- 3) investir na melhoria das qualificações, na actualização das competências e na reconversão dos trabalhadores para melhorar a empregabilidade, em particular para aqueles que perderam o emprego ou que estão em risco de o perder, e para os grupos vulneráveis;
- 4) limitar ou evitar as perdas de emprego e apoiar as empresas na preservação dos seus efectivos graças a dispositivos bem concebidos implementados no quadro do diálogo social e da negociação colectiva. Estes podem incluir o trabalho partilhado e o subsídio de desemprego parcial;
- 5) apoiar a criação de emprego em todos os sectores da economia, tendo em conta o efeito multiplicador dos esforços focalizados;
- 6) reconhecer a contribuição das pequenas e médias empresas (PME) e das microempresas na criação de emprego e promover medidas, incluindo o acesso a um crédito aceitável, que assegurem um ambiente favorável ao seu desenvolvimento;
- 7) reconhecer que as cooperativas são uma fonte de emprego nas nossas comunidades, quer se trate de empresas muito pequenas ou de multinacionais, e dar apoio adequado às suas necessidades;
- 8) utilizar os dispositivos públicos de garantia de emprego para o trabalho temporário, programas especiais de obras públicas e outros dispositivos de criação de emprego directo, que sejam bem focalizados e que incluam a economia informal;
- 9) implementar um quadro regulamentar que ofereça condições favoráveis à criação de emprego através da criação e desenvolvimento de empresas sustentáveis; e
- 10) aumentar os investimentos nas infra-estruturas, na investigação e desenvolvimento, nos serviços públicos assim como na produção

de serviços “verdes”, que são instrumentos importantes para criar emprego e estimular uma actividade económica sustentável.

Reforçar os sistemas de protecção social e proteger as pessoas

12. Os sistemas de protecção social sustentáveis para ajudar as pessoas vulneráveis podem impedir um agravamento da pobreza, prevenir as dificuldades sociais, ajudando ao mesmo tempo a estabilizar a economia e a manter e promover a empregabilidade. Nos países em desenvolvimento, os sistemas de protecção social podem também atenuar a pobreza e contribuir para o desenvolvimento económico e social a nível nacional. Em situação de crise, a adopção de medidas a curto prazo pode ser mais adequada para ajudar as pessoas mais vulneráveis.

- 1) Os países devem analisar, de acordo com as necessidades, os pontos seguintes:
 - i) implementar programas de transferências monetárias destinadas aos pobres para responder às suas necessidades imediatas e atenuar a pobreza;
 - ii) criar uma protecção social universal adequada, assente numa base de protecção social que inclua acesso aos cuidados de saúde, garantia de subsídio para os idosos e pessoas portadoras de deficiência, concessão de prestações familiares por filhos a cargo e uma garantia de subsídio para os desempregados e trabalhadores pobres acompanhada de programas públicos de garantia de emprego;
 - iii) implementar programas de transferências monetárias prolongar a duração e cobertura dos subsídios de desemprego (paralelamente a medidas pertinentes, visando criar incentivos ao trabalho adequados e tendo em conta as realidades actuais dos mercados do trabalho nacionais);
 - iv) garantir que os desempregados de longa duração não fiquem desligados do mercado de trabalho através, por exemplo, da melhoria das qualificações para a empregabilidade;
 - v) oferecer garantias de prestações mínimas nos países em que os sistemas de pensões ou de saúde estejam em risco de já não disporem de fundos suficientes para garantir uma protecção adequada dos trabalhadores e examinar como melhor proteger as poupanças dos trabalhadores na concepção de regimes futuros;
 - vi) garantir uma cobertura adequada aos trabalhadores temporários.

- 2) Todos os países devem apoiar os grupos vulneráveis que são mais duramente atingidos pela crise, graças a um conjunto de medidas visando garantir os rendimentos, melhorar as qualificações e fazer respeitar os direitos à igualdade e à não discriminação.
- 3) A fim de evitar a espiral deflacionaria dos salários, as opções a seguir enunciadas devem servir de orientação:
 - o diálogo social;
 - a negociação colectiva;
 - os salários mínimos previsto na lei ou negociados.

Os salários mínimos deverão ser reexaminados e ajustados com regularidade.

Os governos enquanto empregadores e compradores devem respeitar e promover os salários negociados.

A redução das diferenças de remuneração entre homens e mulheres deve ser parte integrante destes esforços.

13. Os países que possuem sistemas de protecção social sólidos e geridos eficazmente dispõem de um mecanismo integrado precioso para estabilizarem a sua economia e remediar as consequências sociais da crise. Estes países podem ter necessidade de reforçar os regimes de protecção social existentes. Para os outros países, a prioridade consiste em responder às necessidades urgentes e, simultaneamente, lançar as bases que permitam reforçar estes regimes e melhorar a sua eficácia.

Reforçar o respeito das normas internacionais do trabalho

14. As normas internacionais do trabalho constituem uma base e o apoio aos direitos no trabalho e contribuem para a instauração de uma cultura de diálogo social particularmente útil em tempos de crise. A fim de impedir um nivelamento por baixo das condições de trabalho e favorecer a retoma, é particularmente importante reconhecer que:
 - 1) o respeito dos princípios e direitos fundamentais no trabalho é crucial para a dignidade humana. É também primordial para a retoma e o desenvolvimento. Consequentemente, é necessário:
 - i) exercer uma maior vigilância a fim de alcançar a eliminação das formas de trabalho forçado, do trabalho infantil e da discriminação no trabalho e impedir que essas formas não ganhem amplitude; e
 - ii) fazer respeitar melhor a liberdade de associação, o direito de organização e o reconhecimento efectivo do direito à negociação colectiva, que são os mecanismos propícios a um

diálogo social construtivo num momento em que as tensões sociais aumentam tanto no sector formal como no informal.

- 2) Um certo número de convenções e recomendações internacionais do trabalho, para além das convenções fundamentais, são pertinentes. Tratam-se de instrumentos da OIT relativos à política de emprego, aos salários, à segurança social, à relação de emprego, à cessação da relação de trabalho, à administração e à inspecção do trabalho, aos trabalhadores migrantes, às condições de trabalho nos contratos públicos, à saúde e segurança no trabalho, à duração do trabalho, e aos mecanismos do diálogo social.
- 3) A declaração tripartida de princípios da OIT sobre as empresas multinacionais e a política social é um instrumento importante e útil para todas as empresas, nomeadamente as que fazem parte de cadeias de abastecimento, para fazer face à crise de um modo socialmente responsável.

Diálogo social: negociar colectivamente, identificar as prioridades e estimular a acção

15. Especialmente em momentos de fortes tensões sociais, é fundamental reforçar o respeito e a utilização dos mecanismos do diálogo social, nomeadamente a negociação colectiva a todos os níveis, sempre que necessário.
16. O diálogo social é um mecanismo precioso para a concepção de políticas adaptadas às prioridades nacionais. Para além disso permite garantir, em bases sólidas, o compromisso dos empregadores e trabalhadores para a acção conjunta com os governos, necessária à ultrapassagem da crise na óptica de uma retoma sustentável. Uma vez concluído com sucesso, o diálogo social inspira confiança através dos resultados obtidos.
17. O reforço das capacidades da administração do trabalho e da inspecção do trabalho é um elemento importante no quadro de uma acção participativa favorável à protecção dos trabalhadores, à segurança social, às políticas do mercado do trabalho e ao diálogo social.

IV. O caminho a seguir: instaurar uma globalização justa e sustentável

18. O programa acima exposto interage estreitamente com outras dimensões da globalização e exige uma coerência ao nível das políticas e uma coordenação internacional. A OIT deve colaborar plenamente com as Nações Unidas e todas as organizações internacionais competentes.
19. A OIT acolhe com satisfação o convite que lhe foi dirigido pelo G20 para trabalhar com outras organizações relevantes, para avaliar as acções realizadas e as que serão necessárias no futuro.
20. Afirmamos o nosso apoio ao papel desempenhado pela OIT no quadro do Conselho dos Chefes de Secretariado dos organismos das Nações Unidas (CCS), que pode contribuir para criar um ambiente internacional favorável à atenuação dos efeitos da crise. Encorajamos a OIT a desempenhar um papel de facilitador para garantir uma implementação efectiva e coerente das políticas sociais e económicas nesta matéria.
21. A cooperação tem uma particular importância no que respeita às questões seguintes:
 - 1) Instaurar um quadro de regulamentação e de controlo mais sólido e mais coerente a nível mundial para o sector financeiro, de forma a poder servir os interesses da economia real, favorecer as empresas sustentáveis e o trabalho digno e proteger melhor as poupanças e as pensões das pessoas;
 - 2) Promover intercâmbio comercial e mercados eficazes bem regulados que beneficiem todos e evitem o proteccionismo. É necessário ter em conta os diferentes níveis de desenvolvimento dos países, quando se trate de levantar as barreiras ao acesso aos mercados domésticos e estrangeiros; e
 - 3) Reorientarmo-nos no sentido de uma economia com baixas emissões de CO₂ e que respeite o ambiente, que contribua para acelerar a recuperação do emprego, a redução das clivagens sociais e que apoie a realização dos objectivos de desenvolvimento e que neste processo concretize o trabalho digno.
22. Para muitos países em desenvolvimento, particularmente para os países menos avançados, a recessão mundial agrava o desemprego, o sub-emprego e a pobreza estruturais, em larga escala.

Reconhecemos a necessidade:

- 1) Dar maior prioridade à criação de possibilidades de trabalho digno, através de programas sistemáticos, pluri-dimensionais e dotados de recursos suficientes para concretizar o trabalho digno e o desenvolvimento nos países menos avançados.
 - 2) Favorecer a criação de empregos e criar possibilidades de emprego digno para a promoção e desenvolvimento de empresas sustentáveis;
 - 3) Garantir formação profissional e técnica bem como o aperfeiçoamento das competências empresariais, particularmente para os jovens desempregados;
 - 4) Tratar da questão da informalidade para permitir a passagem ao emprego formal;
 - 5) Reconhecer o valor da agricultura nos países em desenvolvimento e a necessidade de infra-estruturas, de indústria e de empregos rurais;
 - 6) Promover a diversidade económica, reforçando as capacidades para uma produção e serviços de valor acrescentados, a fim de estimular a procura interna e externa;
 - 7) Encorajar a comunidade internacional, nomeadamente as instituições financeiras internacionais, a disponibilizar recursos para que sejam tomadas medidas de contra-ciclo nos países confrontados com restrições fiscais e políticas;
 - 8) Manter o compromisso de aumentar a ajuda visando evitar uma forte regressão na realização dos objectivos do milénio para o desenvolvimento; e
 - 9) Exortar a comunidade internacional a disponibilizar ajuda ao desenvolvimento, nomeadamente através de apoio orçamental para instaurar um patamar de protecção social à escala nacional.
23. Os governos devem considerar opções, tais como os salários mínimos, que possam reduzir a pobreza e as desigualdades, aumentar a procura e contribuir para a estabilidade económica. A Convenção nº 131, sobre a fixação dos salários mínimos, de 1970, pode fornecer elementos orientadores a este respeito.
24. A crise actual deve ser considerada como uma oportunidade para definir novas medidas visando promover a igualdade entre homens e mulheres. Os planos de retoma implementados durante as crises económicas devem ter em conta o impacto da crise sobre as mulheres e os homens e integrarem em todas as medidas as questões relativas à igualdade de género. As mulheres devem ter uma voz igual à dos homens nos debates sobre os planos de retoma, seja na sua concepção, seja na avaliação dos seus resultados.

25. Para dar seguimento às recomendações e opções das políticas enunciadas no pacto mundial pelo emprego, é necessário examinar a questão do financiamento. Os países em desenvolvimento que não têm margem de manobra orçamental suficiente para adoptar medidas anti-crise e políticas de retoma, necessitam de um apoio particular. Os países doadores e as organizações multilaterais são convidadas a considerar a mobilização de fundos, nomeadamente os recursos existentes para fazer face à crise, para a implementação destas recomendações e destas opções de políticas.

V. Acção da OIT

26. A OIT tem uma autoridade reconhecida em domínios essenciais para responder à crise e promover o desenvolvimento económico e social. A capacidade da OIT em matéria de investigação e de análise de dados socioeconómicos é importante neste contexto. A sua capacidade técnica deve ser colocada no centro das actividades que desenvolve com os governos, com os parceiros sociais e com o sistema multilateral. Isto inclui, mas não exclusivamente, os pontos seguintes:

- criação de emprego;
- modelos de concepção e de financiamento da protecção social;
- políticas activas do mercado de trabalho;
- mecanismos de fixação do salário mínimo;
- instituições do mercado de trabalho;
- administração e inspecção do trabalho;
- programas de promoção do trabalho digno;
- criação e desenvolvimento das empresas;
- normas internacionais do trabalho;
- implementação e acompanhamento;
- diálogo social;
- recolha de dados;
- igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho;
- programas de luta contra o HIV/SIDA nos locais de trabalho; e
- migrações de mão-de-obra.

27. As actividades seguintes apenas reforçam as áreas de acção concreta acima referidas:
- melhorar a capacidade produtiva dos países e utilizar informação sobre o mercado de trabalho, nomeadamente a evolução dos salários, como base para a tomada de posições políticas fundamentadas, bem como recolher e analisar dados consistentes para ajudar os países a medir o seu progresso;
 - recolha e disseminação de informações sobre as medidas anti-crise e os planos de retoma dos países;
 - avaliação das medidas já tomadas e das que devem ser implementadas no futuro, em colaboração com outras organizações relevantes;
 - reforço das parcerias com os bancos regionais de desenvolvimento e outras instituições financeiras internacionais;
 - reforço das capacidades de diagnóstico e capacidades dos serviços de consulta a nível dos países; e
 - atribuição de prioridade às medidas anti-crise nos programas nacionais de promoção do trabalho digno.
28. A OIT compromete-se a disponibilizar os recursos humanos e financeiros necessários e, em colaboração com outros organismos, apoiar quem o solicitar, para aplicar o pacto mundial para o emprego. Para o realizar, a OIT orientar-se-á pela Declaração sobre a Justiça Social para uma Globalização Justa, de 2008 e pela Resolução que a acompanha.

Lisboa, 22 de Junho de 2009

(Tradução da responsabilidade da CGTP-IN)